

TEORIA GRAMSCIANA E HISTÓRIA ECONÔMICA: análise do “milagre econômico” através do Jornal O Imparcial.

WERBETH SEREJO BELO*

RESUMO:

A teoria gramsciana tem sido largamente utilizada para reflexões a respeito do Estado Contemporâneo desde que este possa ser considerado um Estado de tipo Ocidental, segundo a teoria gramsciana. Análises que passam pelo âmbito político e pelo âmbito econômico em seus diversos recortes temporais possuem uma estreita relação entre si e com os diversos conceitos de Antonio Gramsci. Assim, este trabalho tem como principal objetivo perceber como o arcabouço teórico gramsciano pode ser utilizado como ferramenta de compreensão das relações político-econômicas do Brasil Contemporâneo, tratando especificamente da análise do jornal O Imparcial em tempos de “milagre econômico”.

Palavras-chave: Teoria gramsciana. Ditadura Empresarial-Militar. O Imparcial.

INTRODUÇÃO:

Estados burgueses têm se fortificado a cada ponto de inflexão econômica em todo o mundo, alguns se inserindo de forma subsidiada como parte de um complexo deste modo de produção contemporâneo que vem, a cada dia, consolidando seus tentáculos aos mais distantes territórios.

Frações da classe dominante se alternam, por meio de projetos, na condução de suas vontades através do controle sobre estatais de forma que estrategicamente se utilizam de ações consensuais para legitimar este projeto, ou ainda da coerção com o uso “legítimo” da força.

É comum ouvir falar em globalização¹, por exemplo, sendo esta uma das formas de por máscaras na bruta e cruel expropriação de milhões de seres humanos que são vistos como meros trabalhadores em prol do desenvolvimento de nações capitalistas (quando muito, assim são vistos).

O Brasil claramente se insere nessas relações capitalistas contemporâneas de forma que não se abstém de sustentar as regalias da fração financeira da burguesia contemporânea,

* Graduando do oitavo período do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC, coordenado pela prof^a. Dr^a. Monica Piccolo. Este trabalho é parte do projeto de pesquisa intitulado “Organização, Indexação, Informatização e Publicação do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002)”.

¹ O termo globalização emerge como forma de tornar pouco perceptível a lógica expansionista do capital, isto é, como forma de “naturalização” das relações capitalistas apresentadas à sociedade contemporânea de forma que se utiliza de discursos como quebra de fronteiras entre nações e uma convivência harmoniosa entre estas. Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

alimentando a expansão desta através de promulgação de leis que permitem cada vez maiores frações de lucro, como exemplo, com o surgimento de conglomerados de financeiras que enchem os bolsos dos trabalhadores de dívidas e os cofres de empresas multinacionais de capital.

Enquanto para Marx e Lenin o Estado capitalista era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012)² em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia³ e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos⁴ que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989:73).

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política⁵ e, ainda, em uma

² A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com **Palmiro Togliatti**, o L'Ordine Nuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'Ordine Nuovo aliou-se com Amadeo Bordiga e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a Bordiga até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm)

³ São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

⁴ Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

⁵ A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperial.

relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012: 60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico. Retornemos a Marx, então, que é o “pano de fundo” deste trabalho.

Para este teórico, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

Portanto as relações capitalistas, baseadas em relações de classe, são o motor do Estado capitalista, isto é, são o combustível que movimenta a engrenagem da exploração capitalista feroz e desumana. No entanto, como pode ser percebido, o Estado capitalista possui formas variadas de acordo com o espaço geográfico-social e o tempo que se pretende analisa-lo. Por isso, é de fundamental importância perceber as interpretações deste Estado capitalista desde fins do XIX em um contexto internacional perpassando por debates contemporâneos a respeito deste Estado.

INTERPRETAÇÕES SOBRE CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ENTRE IMPERIALISMOS E MUNDIALIZAÇÃO:

Várias interpretações acerca do capitalismo contemporâneo podem ser incorporadas aos trabalhos acadêmicos que permitam uma análise mais profunda da sociedade contemporânea.

É muito comum, no entanto, que se encontre em trabalhos acadêmicos, e fora da academia, uma generalização a respeito da forma contemporânea do Estado capitalista.

Essa generalização perpassa por algumas formas de análise deste Estado, tais como: adoção da simples forma do capitalismo como Estado burguês, sem sequer tentar perceber qual fração burguesa detém a hegemonia do projeto estatal vigente; frequente análise da hegemonia norte-americana sem apresentar o contexto em que esta nação se apresenta quanto nação hegemônica da nova forma capitalista; análise do Estado contemporâneo de forma que este seja fruto de uma simples sequência de acontecimentos que tem a ver de forma mínima com a esfera econômica em que este está inserido e; análise que apresenta esfera econômica completamente externa ao Estado, e externa à política, de forma que durante a análise este Estado seja apresentado ora como Estado sujeito, ora como Estado coisa.

Portanto, o objetivo central deste tópico é perceber as principais interpretações deste Estado capitalista contemporâneo e construir um debate entre os autores de forma que, ao final deste capítulo, possamos nos posicionar frente ao cabedal teórico utilizado como pano de fundo das análises históricas que nos propomos a fazer no tópico seguinte.

Dentre os autores que trabalham com formas do capitalismo serão trabalhados alguns mais relevantes dentro da matriz teórica marxista como: Marx, Lenin, Poulantzas, François Chesnais, David Harvey e Virginia fontes. Utilizaremos Marx e Poulantzas de forma que estes não entrarão no debate sobre imperialismo, mas como pontos de apoio a um debate secundário de conceitos, como capitalismo financeiro.

Lenin em *Imperialismo: a fase superior do capitalismo* (2008) adota como início de sua análise o ano de 1870, período em que as grandes nações se consolidavam quanto nações capitalistas e outras estavam em pleno fim de processo de unificação (especificamente Alemanha e Itália). Em sequência, entrariam em pleno processo de redistribuição de territórios na África e na Ásia, o que as apresentaria de fato como nações imperialistas.

O autor continua sua análise no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ⁶ e encerrando sua análise no período entre guerras, mais exatamente no ano de 1924.

Lenin tem como objetivo principal “expor os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2008: 15) para tanto o autor analisa a relação entre capital bancário e capital industrial no que culminaria o que Lenin chama de capital financeiro. Segundo Lênin,

⁶ Esse episódio, aliás, ficou caracterizado como imperialista em algumas leituras na história. A Primeira Guerra Mundial teria surgido como disputa imperialista entre as nações, envolvendo desde territórios do Império Austro-húngaro a territórios franceses que culminariam nas guerras Austro-prussiana e Franco-Prussiana que ocorreram entre 1866 e 1871.

O século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capitalismo financeiro (LENIN, 2008: 46).

Portanto, a análise do capitalismo financeiro é base para a compreensão do sistema imperialista em pleno processo de consolidação desde fins do século XIX, segundo Lenin.

Para este autor o capitalismo financeiro é uma *união íntima*⁷ entre capital bancário e capital industrial, isto é, uma correlação entre estas formas de capital para a sustentação do financiamento necessário às indústrias em pleno vapor no final do século XIX a nível mundial e início do século XX a nível de Brasil com o plano de industrialização do governo Vargas. Obviamente o dito autor não trabalha com a análise da conjuntura brasileira anteriormente mencionada, esta análise é feita por Virginia Fontes em *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010).

A autora parte do conceito do próprio Lenin de *união íntima* e elabora um novo conceito aplicável à conjuntura econômica do Brasil do século XX, a *união pornográfica*. Segundo Virgínia Fontes o que era uma “simples” união entre capital bancário e capital industrial passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país.

O capital financeiro analisado por Lênin não tem sua matriz, sua gênese de análise a partir de suas publicações, o próprio Marx já havia feito análise de uma forma de consórcio entre capitais que este acaba por caracterizar como capital financeiro.

No entanto, para Marx, o capital financeiro seria uma correlação entre capital industrial e capital mercantil, isto é, no processo de circulação do capital, esse capital entra em processo de transição, variando, entre capital dinheiro e capital mercadoria. Nas palavras de Marx, o dinheiro passa a efetuar,

[...] movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial. (...) Esses movimentos (...) transformam esse capital em capital financeiro. (MARX. 1991: 363)

Então, durante o processo de circulação, segundo Marx, teríamos a constituição do capital financeiro, correlacionando capital industrial ao capital mercantil, enquanto para Lenin

⁷ Quando menciona em seu texto sobre união íntima, Lenin está tratando de união entre famílias possuidoras de capital bancário com famílias possuidoras de capital industrial. Esse termo será reutilizado por Virginia Fontes em análise do Brasil Contemporâneo, no entanto, a autora o utilizará de forma adaptada.

a correlação acontece de forma mais latente, para a constituição do capital financeiro, entre o capital bancário e o capital industrial.

Então, como já foi mencionado, o capitalismo financeiro é a forma hegemônica do modo de produção capitalista contemporâneo, forma esta pertencente à política de dominação imperialista que tem por objetivo a dominação através da inserção de capital de origem multinacional e transnacional em novos territórios.

Partindo desse princípio básico a respeito do imperialismo, temos novos debates sobre a forma conceitual que possa abarcar de forma mais eficaz essa nova lógica imperialista que em muito se difere da forma sustentada por Lênin no início do século XX.

A primeira análise conceitual a ser feita é utilizada por François Chesnais (2008) que também tem o capitalismo financeiro como hegemônico na forma capitalista contemporânea. No entanto, seu conceito não apresenta nomenclatura que resgate – à primeira vista – o conceito de imperialismo. No que tange ao conceito de capital financeiro utilizado por este autor, temos uma problemática central a ser discutida: Chesnais apresenta o capital financeiro de forma que este não se apresenta relacional, isto é, não é uma relação de sustentação entre capitais como ocorre em Lênin e em Marx, por exemplo. Segundo o autor,

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro **predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro”** – beneficiam-se, então de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a metade (...). (CHESNAIS, 2008: 29. Grifos nossos).

Neste trecho supracitado, pode ser percebida claramente a análise do autor de forma que este polariza a atuação das formas contemporâneas do capital, isto é, segundo Chesnais a relação que ocorre entre estas formas é uma relação de dominação entre capitais, o que acaba por polarizá-las e não relacioná-las como bem fez Marx e Lênin em suas análises e, como faria também Virginia fontes.

Além da utilização do conceito de capital financeiro, o autor utiliza o conceito de *mundialização do capital*, ou seja,

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a “relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece, mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. (CHESNAIS, 2008: 30).

O conceito de mundialização do capital adotado pelo autor apresenta um equívoco: o conceito aparece como se as relações capitalistas tivessem entrado em um processo de

internacionalização, ou mundialização, em meados do século XX, quando este processo é bem anterior, na verdade se origina no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e no processo revolucionário burguês ocorrido na França na forma de Revolução Permanente iniciada em 1788 com a convocação dos Estados Gerais e se finda em 1851 com o Golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Ao contrário do que sustenta o geógrafo David Harvey, Chesnais acredita que “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2008: 33).

No entanto, há que se perceber o caminho traçado pela forma contemporânea do capitalismo para então perceber seu núcleo de atuação e expansão. David Harvey (2004) se propõe justamente a fazer esta análise em *O novo imperialismo*. Nesta obra o autor tem como hipótese central que “o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana” (HARVEY, 2004: 56).

O geógrafo trabalha com a longa duração à luz do materialismo histórico com o objetivo de “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando (...)” (HARVEY, 2004: 10).

Para tanto, o autor utiliza termos como imperialismo, capital financeiro e hegemonia, alguns desses termos são problematizados ao longo da obra como o termo hegemonia que difere do termo utilizado por Antonio Gramsci.

O termo *hegemonia* aparece como sinônimo de liderança, isto é, não perpassa por uma análise do Estado Ampliado feita pelo filósofo italiano, aqui nesta obra o termo é sinônimo de *hegemon* que significa líder.

No que tange ao imperialismo, o autor se posiciona de forma que para este o termo mais eficaz a ser utilizado seria *imperialismo capitalista*. No entanto, o autor apresenta duas formas de interpretação do imperialismo contemporâneo. A primeira seria fruto de uma “fusão contraditória entre política do Estado e do Império” (HARVEY, 2004: 52) isto é,

Projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares. (HARVEY, 2004: 52).

A segunda interpretação tem por base que o imperialismo estaria relacionado a “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2004, p.

52), ou seja, o imperialismo é visto como “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2004: 52).

Esta segunda interpretação somada à interpretação clássica (principal aspecto: territorial) seria a mais eficaz forma de interpretação deste “novo” imperialismo analisado pelo autor, que apresenta os Estados Unidos no centro de disputas, sobretudo no Oriente Médio, mas que tem sua origem desde o pós-1945.

No mesmo recorte temporal temos a análise da historiadora Virginia Fontes (2010) no já mencionado livro *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* que propõe uma lógica do capital sustentada pela atuação de empresas transnacionais e multinacionais. A autora parte das análises de Estado capitalista propostas por Marx, Gramsci e Lenin reconfigurando conceitos ao contexto do Brasil Contemporâneo.

Segundo a autora o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro.

Segundo Fontes essa nova roupagem do capital financeiro se dá pela explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX não havendo mais, como propunha Lenin, uma *união íntima*, mas, uma *união pornográfica* no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente baseadas no que Marx caracterizou como *capital produtor de juros*.

Segundo Marx o capital produtor de juros “além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital” (MARX, 1991: 392), portanto sua função primeira de atuação na circulação ganha uma segunda forma de atuação.

Além disso, ao gerar lucro e conseqüentemente juro ao capitalista financeiro e a quem empresta – respectivamente – o capital dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro no âmbito de sua circulação.

Então, há que se considerar como fração dominante do capital imperialismo a fração financeira da burguesia que se utiliza de aparelhos tanto no âmbito da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) quanto no âmbito da sociedade política (apropriação jurídica de aparelhos institucionais do Estado), além de combinar o uso “legítimo” da força (coerção) e o convencimento da população de suas ações (consenso).

Então, a partir do que foi apresentado, este trabalho tem por base que o Estado contemporâneo apresenta sua forma ampliada de acordo com a concepção gramsciana de Estado, isto é, as lutas ocorrem no seio da sociedade civil a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos, com a utilização de Aparelhos Privados de Hegemonia de forma que este Estado é um “Estado-Relação”, portanto uma condensação de forças que, na ossatura material do Estado disputam esses projetos.

A imprensa local tem grande relação com o golpe Empresarial-Militar de 1964 no que tange à veiculação de notícias durante todo o regime ditatorial e seu posicionamento frente a esta. No que diz respeito ao uso do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, este é pensado como fundamental na análise do jornal O Imparcial, que se pretende fazer neste trabalho, haja vista que o dito impresso é o segundo de maior circulação no Maranhão neste período e, portanto, ferramenta importante de compreensão da construção de consenso a respeito das diretrizes político-econômicas adotadas.

Além disso, a fração financeira atua de forma que no Estado Capital-Imperialista brasileiro esta fração se organiza na segunda metade do século XX, mais exatamente a partir de 1964 quando há a reforma do Sistema Financeiro Nacional no primeiro governo militar, e se consolida quanto fração hegemônica a partir do período chamado de “milagre econômico” a ser analisado na próxima sessão deste trabalho.

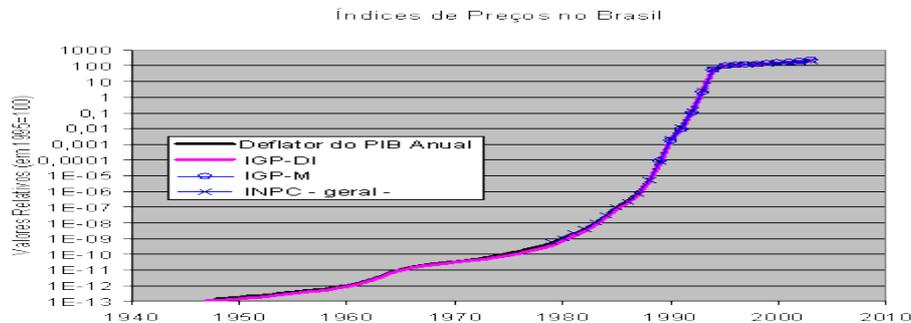
CONSENSO E DESENVOLVIMENTO: O “MILAGRE ECONÔMICO” E O IMPARCIAL EM ANÁLISE:

O “milagre econômico” tem sido tema de debate constante na academia, justamente para que se possa perceber através de quais medidas foi possível este “milagre” que inseriu o Brasil na lógica Capital-Imperialista internacional, quais alianças se mantiveram, quais foram desfeitas e, sobretudo, a que custo social foi possível.

Propomo-nos, a partir daqui, a fazer uma análise da política salarial do período do governo Médici (1969-1973) concomitante à análise do Jornal O Imparcial de forma que fique claro o posicionamento deste frente à política econômica do dito governo e à explosão de conglomerados de financeiras que ocorre entre 1969 e 1973. A hipótese que se pretende sustentar aqui aponta o dito periódico em análise como um dos Aparelhos Privados de Hegemonia que garantiram a conquista do consenso do projeto desenvolvimentista regionalmente. No que diz respeito à política salarial alguns números precisam ser mostrados,

haja vista que salário nominal⁸ não quer dizer alta do salário real, isto é, é necessário relacionar a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora aos níveis salariais taxados pelo governo através da política econômica.

Gráfico 1 – Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010:



Fonte: http://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm#2.4

Tabela 1 - Salário Nominal entre 1964 e 1973 (em Cr\$):

Capitais	02.1964/ 02.1965	03.1965/ 02.1966	03.1966 / 02.1967	03.1967/ 03.1968	03.1968 / 04.1969	05.1969/ 04.1970	05.1970/ 04.1971	05.1971 04.1972	05.1972/ 04. 1973
Porto Velho	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Rio Branco	30,90	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Manaus	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Boa Vista	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Belém	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Macapá	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
São Luís	25,20	39,60	51,00	73,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Teresina	20,00	36,00	48,00	60,00	76,80	98,40	124,80	151,20	182,40
Fortaleza	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Natal	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
João Pessoa	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Recife	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Maceió	26,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Aracaju	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Salvador	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Belo Horizonte	42,00	64,32	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80
Vitória	32,40	51,60	66,00	82,50	100,80	124,80	156,00	187,20	225,60
Niterói	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Rio de Janeiro	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
São Paulo	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Curitiba	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Florianópolis	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Porto Alegre	36,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Cuiabá	33,00	51,80	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Goiânia	34,00	51,84	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Brasília	42,00	63,60	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80

FONTES: Decretos-leis - 5977 de 10-11-1943; 30 342 de 24-12-1951; 35 450 de 1-5-1954; 39 604-A de 14-7-1956; 45 106-A de 24-12-1958; 49 119-A de 15-10-1960; 51 336 de 13-10-1961; 51 613 de 3-12-1962; 53 578 de 21-2-1964; 55 803 de 26-2-1965; 57 900 de 2-3-1966; 60 231 de 16-2-1967; 62 461 de 25-3-1968; 64 442 de 1-5-1969; 66 523 de 30-4-1970; 68 576 de 1-5-1971; 70 465 de 27-4-1972 e 72 148 de 30-4-1973. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973. Elaboração própria.

⁸ Soma em dinheiro que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. Não proporciona uma ideia precisa do salário real, pois sua verdadeira magnitude dependerá do nível de preços correspondentes dos bens e serviços (e também dos impostos) que o trabalhador deve adquirir para a manutenção e a reprodução de sua vida e de sua família. (SANDRONI, 1999, p.542).

Como pode ser percebido através do gráfico de índices de preços e da tabela do salário nominal, o índice de preços está em constante ascensão assim como os índices dos salários nominais. Entretanto, a taxação do salário nominal, como já foi exposto, não explica por si só a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, é preciso relacionar os números para perceber a taxação do salário real. A partir desta relação é perceptível que os níveis do Índice Geral de Preços - IGP ascendem de forma mais acelerada que os níveis de salário nominal o que reduz a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, comprimindo, portanto, os níveis do salário real. Entre 1960 e 1970 o IGP mais que dobra enquanto os níveis de salário nominal crescem, segundo o IBGE, a níveis menores, assim este cresce em progressão aritmética enquanto aquele em progressão geométrica.

O jornal O Imparcial em artigo intitulado “Pátria e Trabalho” apresenta o contrário dos números supracitados, demonstrando outra situação do trabalhador que difere muito desta de queda da taxa do salário real. A partir da análise do discurso do então Ministro do Trabalho e da Previdência Social (Júlio de Carvalho Barata) temos o seguinte posicionamento:

[...] foi um discurso vazado nos mais puros moldes de patriotismo e o amor e respeito a todos os trabalhadores brasileiros, dos campos ou das cidades, que podem ter a certeza de que no ministro Júlio Barata encontram um deles, trabalhando e lutando, para que todos possam ter “a certeza de uma vida mais tranquila e feliz”. O prof. Júlio Barata com sua palavra fez sentir aos trabalhadores que o Brasil é de todos nós, está em todos os corações, porque como disse Cícero “a pátria é a mãe de todos nós”. (O Imparcial. 10.09.1970).

É perceptível a exaltação ao então ministro do trabalho e da previdência social feita no artigo acima de forma que não se encontra no dito periódico artigo, editorial e até mesmo reportagens que analisem de forma crítica a política salarial adotada no período aqui estudado, Aparelho Privado de Hegemonia que se constitui importante na garantia do consenso regional em torno do projeto hegemônico.

No que diz respeito à nova política trabalhista, Virgínia Fontes e Sonia Mendonça (2001) apontam que esta tinha três objetivos principais: a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001: 22). As autoras continuam apresentando a respeito das características da política salarial: a) veio aplicar a disciplina anti-inflacionária seletivamente contra a classe trabalhadora; b) o Estado redistribuiu os recursos necessários para a

manutenção do modelo econômico, privilegiando estratos de alta renda, tornados consumidores preferenciais; c) alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser média dos salários recebidos nos últimos dois anos (MENDONÇA. FONTES, 2001: 23). Portanto, a legitimação do discurso do ministro dada pelo Imparcial através do artigo acima exposto nada mais é que estratégia de manutenção da hegemonia do projeto da ditadura Empresarial-militar no âmbito trabalhista e salarial.

Ainda no âmbito da análise da taxa real dos salários, além da alta dos preços temos a utilização do depósito compulsório na figura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966. O FGTS foi largamente utilizado pelo Governo Federal para incentivo à indústria de construção civil com a criação de moradias populares gerenciadas pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, financiando a casa própria aos trabalhadores com parte de sua própria renda e adicionado a taxas posteriores de pagamento. Através de reportagem de setembro de 1971, o jornal O Imparcial abre, mais uma vez, espaço para apresentar análise do Banco Nacional de Habitação a respeito do FGTS:

[...] afirma a entidade que as vantagens do FGTS são hoje reconhecidas pela maioria dos trabalhadores, que compreenderam a necessidade da substituição do antigo e ineficiente regime de estabelecimento dos dez anos de serviço, pelo novo estatuto, que se integra num complexo de medidas e realizações voltadas para o bem estar dos assalariados. (O Imparcial. 17/09/1971).

Como pode ser percebido o FGTS foi exaltado pelo dito periódico através da análise do BNH que considerava a estabilidade dos trabalhadores como algo ineficiente. Obviamente, esta ineficiência ocorria em relação ao Estado haja vista que através do FGTS houve uma expansão da concentração de capital disponível à atuação estatal em prol do reinvestimento de parte da renda dos trabalhadores em diversos segmentos da economia, com ênfase na ascensão da indústria de construção civil e seus derivados.

Luiz Aranha Correa do Lago (1995) apresenta uma breve conclusão a respeito da política salarial que demonstra justamente o contrário da reprodução do jornal O Imparcial:

Contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção da taxa elevada de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado (LAGO, 1995: 287).

O acúmulo de capital acima mencionado possibilitou a abertura de novas agências financeiras e a consolidação das já existentes culminando na hegemonia da fração financeira

da burguesia no período aqui conhecido como “milagre econômico”. Esta hipótese permite perceber a transição entre frações burguesas na condução do Estado Restrito, isto é, a fração industrial hegemônica desde o governo Vargas dá lugar à fração financeira de forma que continua a atuar com esta no âmbito do Estado Restrito.

Assim, a conjuntura estratégica criada desde 1964 proporcionou a hegemonia do empresariado financeiro, ou seja, há o predomínio do mercado de capitais de forma que a fração financeira dá subsídio à fração industrial que reinveste gerando maior lucro e cada vez maior concentração de capitais. Portanto, aplicação da fórmula marxiana $D-d-M-d'-D'$, isto é, capital produtor de juros (principalmente na figura dos bancos) nas mãos dos industriais que o investem no processo de produção que culmina na elaboração de novas mercadorias gerando lucro e retorna às financeiras com o pagamento dos juros⁹ (MARX, 1994). Segundo Dreifuss, esta transição entre frações burguesas só foi possível pela formação de uma elite orgânica no seio do principal Aparelho Privado de Hegemonia da ditadura Empresarial-Militar - o complexo IPES/IBAD (DREFIFUSS, 1987) que atuaria lado a lado com o corpo militar que conduziu o processo golpista que culminou no golpe Empresarial-Militar de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como pode ser percebido ao longo do terceiro capítulo, o periódico que nos propusemos a analisar é fonte privilegiada para a análise da Ditadura Empresarial- Militar no Maranhão. É notável a diversidade de temas a que pode se recorrer para a produção historiográfica sobre o tema amplo (Ditadura Empresarial-Militar) no Maranhão.

No entanto, o ponto nodal de análise deste objeto é seu funcionamento na lógica Capital-Imperialista no período da Ditadura Empresarial-Militar. O Jornal O Imparcial funciona como Aparelho Privado de Hegemonia que garante a construção de consenso em torno do projeto desenvolvimentista que pretendia manter-se hegemônico. Através dos editoriais, reportagens e artigos apresentados, percebemos o claro posicionamento favorável deste impresso frente às diretrizes da política econômica que conduziu as relações entre Estado e sociedade entre 1969 e 1973.

Há uma ênfase neste trabalho no que diz respeito à História Econômica que está todo tempo atrelada à História Política, pois o eixo principal de análise é a relação entre sociedade, Estado e economia, ligados pelo âmbito sócio-político.

⁹ Esta fórmula foi elaborada por Marx em “O capital” originalmente publicado em 1894.

Além disso, o jornal em análise nos permite perceber como se deu a consolidação do capitalismo financeiro no Maranhão, regido pela lógica Capital-Imperialista no Brasil, o que nos leva também a perceber as especificidades do Maranhão no período do regime autoritário que se inicia em 1964 e a sua inserção na lógica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento de forma *forçada* de acordo com a ampliação do conceito elaborado por Virgínia Fontes *inclusão forçada*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. IN: **II Seminário livre pela saúde**. Belo Horizonte: caderno de textos, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**. São Paulo: Editora Campus, 1995.

LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 1991.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed., 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente**. São Paulo: Ática, 2001.

SANDRONI, Paulo. Verbete: Salário nominal. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FONTES:

MELLO, Plínio de. Pátria e trabalho, O Imparcial, 10 de setembro de 1970.

O Imparcial, 17 de setembro de 1971. Quinto aniversário do FGTS.

SITES:

www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm.